

Marie Luce Tavares; Mestranda em Lazer; UFMG/Brasil, acadêmica.

Helder Ferreira Isayama; Doutor em Educação Física, UFMG/Brasil, professor.

Práticas e Perspectivas em Animação Sociocultural: O Caso das ONGs LGBTs em Belo Horizonte/MG – Brasil

O Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) no Brasil vem se consolidar a partir da década de 1970, caracterizando-se como manifestação pelo direito à livre orientação sexual. Nos anos 90, há um revigoramento na militância homossexual, com crescente aumento no número de grupos institucionalizados, difundidos por todo país. O surgimento dessas organizações se caracteriza pela busca de autonomia em relação ao Estado. A procura por recursos financeiros e a necessidade de manter uma estrutura administrativa, levaram os movimentos a estabelecerem-se a partir do modelo das Organizações Não-Governamentais (ONGs). Diante desse contexto, o presente estudo propõe-se a trazer os primeiros apontamentos da pesquisa realizada no programa interdisciplinar de Mestrado em Lazer da UFMG, buscando pensar a animação sociocultural nas ONGs direcionadas ao Movimento Social LGBT na cidade de Belo Horizonte/MG – Brasil. Para tanto, apresenta como proposta metodológica a revisão de literatura e a observação estruturada. Como primeiros apontamentos desse estudo ressaltam-se a relação da Animação Sociocultural nestas instituições enquanto uma proposta pedagógica pautada na ideia de mediação, com o intuito de provocar questionamentos acerca da ordem social estabelecida e contribuir para a superação do *status quo*. Enfatiza-se ainda a importância de estudos que envolvam a relação da animação sociocultural e homossexualidade, no intuito de compreender quais significados estão sendo negociados, quais práticas estão sendo estabelecidas, na tentativa de pensar o que essas práticas e produções têm representado para os homossexuais, e conseqüentemente, o que as mesmas representam e podem vir representar no âmbito da e para a animação sociocultural.

Palavras Chaves: Animação Sociocultural, Organizações Não-Governamentais, Homossexualidade, Movimento Social.

Área do Trabalho: Educação Não Formal e Animação Sociocultural.

O Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT), assim como o movimento dos afro-descendentes e os movimentos indígenas, movimentos de jovens, idosos, são considerados movimentos identitários e culturais por conferirem aos seus participantes uma identidade centrada em fatores culturais, étnico/raciais, ou geracional (idade). Castells (1999) assinala que o florescimento de movimentos sociais e culturais – feminismo, ambientalismo, defesa dos direitos humanos, das liberdades sexuais (LGBT) – tiveram um importante papel na conformação da sociedade atual, reagindo de múltiplas formas contra o uso arbitrário da autoridade, se revoltaram contra a injustiça e procuravam a liberdade necessária para a experimentação pessoal. Em sua luta questionaram as bases da sociedade e rejeitaram os valores estabelecidos. No entanto, embora esses movimentos sociais fossem em princípio culturais e independentes das transformações econômicas e tecnológicas, seu espírito libertário influenciou, de forma considerável, a mudança para os usos individualizados e descentralizados da tecnologia.

É neste cenário que o movimento homossexual – o Movimento LGBT – cresce no Brasil na última década e também ganha impulso nas ruas, organizando passeatas e atos de protestos. Com demandas específicas e diferentes dos movimentos nucleados sob a perspectiva do gênero, que trata mais das relações sociais entre homens e mulheres; gays, lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros não são apenas discriminados; eles são criminalizados, alvos de atentados à vida, são perseguidos e morrem em atentados de grupos fascistas e nazistas (GOHN, 2010).

Nesse sentido, temos assistido a um crescimento do Movimento LGBT e da visibilidade das questões que envolvem a temática das homossexualidades e da multiplicidade das expressões e identidades de gênero no Brasil. Se, por um lado, há avanços, representados principalmente pela formalização de programas governamentais e pelo incremento do debate público, há também desafios colocados (FACCHINI, 2009).

No século XX, a discussão da homossexualidade começa a caminhar por horizontes distintos. Apenas com o surgimento do HIV-AIDS é que este tema passa a ter maior relevância nas universidades, ainda que pelo olhar da medicina. E é na segunda metade do século XX, que a sociedade começa a tomar ciência da existência de um mundo homossexual diverso. Neste contexto, o movimento LGBT no Brasil vem se consolidar a partir da década de 1970, caracterizando-se como manifestação pelo direito à livre orientação sexual e, assim, ao longo de sua trajetória histórica, vem sendo marcado por diversas manifestações e acontecimentos.

Ao mesmo tempo em que os movimentos homossexuais surgiram com o propósito de repensar sua identidade homossexual e combater o preconceito social em todas as suas manifestações, a homossexualidade tornou-se mais visível em geral para o público como um todo. E com maior visibilidade da homossexualidade, proliferaram-se os empreendimentos comerciais orientados para o mercado homossexual, principalmente bares, discotecas, saunas e revistas eróticas. A imprensa dedicava cada vez mais espaço ao assunto, o movimento editorial aumentava, sem contar a mídia televisiva, com personagens explicitamente homossexuais que gozavam [e ainda gozam] de popularidade enorme, como o Capitão Gay de Jô Soares.

É interessante lembrar que até a década de 70, os partidos políticos tentavam dar conta dos conflitos capital/trabalho, traduzidos em seus estatutos pelo viés liberal e ou socialista. A partir da explosão das demandas sociais têm-se não mais uma luta – a luta de classes – mas diversas lutas sociais em andamento, requisitando participação e emancipação. Tais lutas empreendidas pelas “minorias” – mulheres, negros, homossexuais, dentre outros – requerem legitimidade de sua “diferença”, diferença que contrapõe a uma determinada norma: homem, branco, heterossexual.

A partir dos anos 90, inicia-se um novo momento no movimento que parece, nas palavras de Facchini (2009, p. 138), “deslocá-lo definitivamente das margens ao centro”. Há um revigoramento na militância homossexual, com crescente aumento no número de grupos institucionalizados, difundidos por todo país, calcados em outros discursos e estratégias. Segundo Facchini (2005, p.149),

[...] o reflorescimento do movimento homossexual [...] ressaltando que não somente aumentou o número de grupos/organizações do movimento, como houve uma diversificação de formatos institucionais e propostas de atuação. Por outro lado, notam-se também uma ampliação da rede de relações sociais do movimento e a presença de novos atores.

Esse crescimento parece estar relacionado ao modo como se organizou a “resposta coletiva” à epidemia da HIV/Aids, através da implementação de uma política de prevenção às DST/Aids baseada na ideia de parceria entre Estado e sociedade civil, e o incentivo às políticas de identidade como estratégia para a redução da vulnerabilidade de populações estigmatizadas.

Quanto à diversificação dos formatos institucionais e iniciativas dos ativistas, o movimento passou a contar, por exemplo, com associações e organizações formalmente registradas, com setoriais de partidos políticos, com grupos religiosos e com grupos situados na interface entre ativismo e pesquisa, constituídos no interior das universidades (FACCHINI,

2009). Aponta-se ainda que apesar da diversidade dos formatos, há certa tendência à institucionalização das organizações, predominando as associações, organizações não-governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs). Para Gohn (2007), em parte essas mudanças se explicam pelos efeitos do próprio modelo organizacional adotado: de se atuar em redes. O outro, o diferente, acaba alterando o movimento local. Com isso, outros temas entraram para a agenda dos movimentos populares urbanos, tais como o de uma cidadania planetária, antes circunscritos aos movimentos sociais organizados e assessorados por outras camadas sociais, como os ambientalistas, as mulheres, direitos humanos, etc.

Já em relação ao âmbito interno dos grupos, Facchini (2009) enfatiza a crescente aproximação do modelo ideal das ONGs apresentado por Rubem César Fernandes (FERNANDES, 1985). Conseqüentemente, tal aproximação traz a campo suas implicações em termos de redução do número de membros efetivos; criação de estruturas formais de organização interna; elaboração de projetos de trabalho em busca de financiamentos; necessidade de apresentação de resultados; necessidade de expressar claramente objetivos e objetos de intervenção ou de reivindicação de direitos; *profissionalização de militantes*; maior capacidade e necessidade de comunicação e dependência de estruturas como sede, telefone, endereço eletrônico, computador; necessidade de integrar os militantes dentro de um discurso pragmático; adoção de técnicas de dinâmica de grupo em reuniões e atividades; preocupação em ter quadros preparados para estabelecer relações com a mídia, parlamentares, técnicos de agências governamentais e atores internacionais (grifo meu).

Desta forma, o que se observa é que, desde a década de 1990, os movimentos vêm se profissionalizando e especializando a militância em um neste determinado modelo de estrutura denominada de Organização Não-Governamental (ONG). Mota (2008) destaca que a pauta do movimento de ONGs da área aponta para as lutas no âmbito do Legislativo, no Judiciário, e por visibilidade política identitária. No contexto do Legislativo, as ações dessas organizações priorizaram a busca por legitimidade e políticas públicas, na construção dos direitos civis e sociais; no Judiciário, a luta pela coibição da homofobia, discriminação e acesso aos direitos; em um contexto mais geral, a busca por visibilidade. Esse processo de transformação social, no âmbito das lutas por direitos civis e sociais, é fruto do movimento social homossexual organizado e também de uma luta contra o lastro de intolerância, violência e morte deixado pela epidemia HIV/AIDS.

O surgimento dessas organizações se caracteriza pela busca de autonomia em relação ao Estado. A procura por recursos financeiros e a necessidade de manter uma estrutura

administrativa que inclui funcionários, espaço/sede, equipamentos e projetos estratégicos delineados como ação interventiva levaram os movimentos a estabelecerem-se a partir do modelo das ONGs (RAMOS; CARRARA, 2006). Há de se considerar que esse modelo de organização social engloba o que se poderia chamar de Terceiro Setor, cujo conceito merece atenção.

A partir da entrada desses novos atores/sujeitos sociais na sociedade civil, ONGs e demais entidades do Terceiro Setor, as políticas sociais públicas ganharam destaque na organização dos grupos sociais. Dessa forma, a sociedade civil organizada passou a orientar suas ações coletivas e associações por outros eixos – focada menos nos pressupostos ideológicos e políticos – predominantes nos movimentos sociais dos anos de 1970 e 1980, e mais nos vínculos sociais comunitários organizados segundo critérios de cor, raça, idade, gênero, habilidade e capacidades humanas. Dessas articulações surgem redes sociais e temáticas organizadas segundo gênero, faixas etárias, questões ecológicas e socioambientais, étnicas, raciais, religiosas, etc., além dos fóruns, conselhos, câmaras etc., que compõem o novo quadro do associativismo brasileiro (GOHN, 2010).

A partir do exposto, e ao pensarmos em Animação Sociocultural e no papel do animador, como podemos promover com responsabilidade intervenções pedagógicas no âmbito do lazer/cultura junto a essas organizações, a partir desses novos arranjos contemporâneos?

Diante desse contexto, o presente estudo propõe-se a trazer os primeiros apontamentos da pesquisa realizada no programa interdisciplinar de Mestrado em Lazer da UFMG, buscando pensar a animação sociocultural nas ONGs direcionadas ao Movimento Social LGBT na cidade de Belo Horizonte/MG – Brasil. Para tanto, apresenta como proposta metodológica a revisão de literatura e a observação estruturada.

A observação estruturada se deu a partir do contato com as instituições e como a proposta, enfoca as organizações não-governamentais do movimento LGBT da cidade de Belo Horizonte – MG, buscou-se inicialmente o auxílio do Centro de Referência da Diversidade Sexual (CRDS). O CRDS é um órgão da Prefeitura de Belo Horizonte, vinculado à Coordenadoria de Direitos Humanos e ligado à Secretaria Municipal de Direitos de Cidadania (SMDC), ao qual se vinculam entidades que, em parceria, auxiliam na coordenação participativa desta instituição. Os critérios estabelecidos para a definição das ONGs compreenderam: ser uma organização não-governamental que trata das questões voltadas ao movimento LGBT e constatação de ações no âmbito da animação sociocultural e do lazer no planejamento das organizações, relacionadas a partir do nosso olhar enquanto pesquisador.

Foram selecionadas duas instituições: o Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual (CELLOS) e a Associação Lésbica de Minas –(ALEM).

O CELLOS é uma entidade da sociedade civil que luta pelos direitos e promoção da cidadania da população LGBT - Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, desenvolvendo atividades na área de Direitos Humanos, Saúde, Educação e Cultura. Dentre as atividades desenvolvidas pela instituição no âmbito da animação sociocultural e do lazer encontra-se o futebol para as lésbicas, Futebol-Lés; Vôlei da Diversidade, que de forma lúdica possibilita a participação do público LGBT bem como de heterossexuais; Cine Pipoca, momento em que há uma transmissão de filmes com temáticas que abordem a cultura LGBT e a Parada do Orgulho LGBT.

A ALEM foi fundada em 1997 por um grupo de mulheres trabalhadoras na área da educação, saúde, bancarias e militantes de entidades sindicais, com o objetivo de assumir a lesbianidade feminista como postura política para desconstruir o patriarcado como sistema de opressão com suas instituições e ideologias. A missão da instituição abrange os seguintes ideais: ser referência na luta contra o preconceito, a discriminação dirigidos às lésbicas e bissexuais femininas, por direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, combater toda forma de violência contra as mulheres; promover a Visibilidade Lésbica; lutar contra as desigualdades e injustiças sociais as quais as mulheres são as principais vítimas. Diante desses princípios, as atividades realizadas pela instituição são: o Futebol Lilás; a Caminhada Lésbica, um momento lúdico que procura dar visibilidade à causa lésbica, sensibilizando e informando as pessoas, além de politizar as mulheres frente à questão dos direitos; Sessão Pipoca, com a mesma abordagem dada pelo grupo do CELLOS; as Batucadeiras, um grupo de percussão só com mulheres lésbicas; e o “Mulheres que Pintam e Bordam”, momento em que toda a comunidade é convidada a se encontrar e socializar seus saberes, seja através da música, da dança, do artesanato e de outras manifestações culturais.

É importante ressaltar que a organização dos grupos, tanto no CELLOS quanto na ALEM, se dá de forma coletiva, ou seja, o trabalho de organização, sistematização e implementação das atividades acontece a partir de um planejamento participativo, com toda a comunidade pertencente ao grupo e que a ele se identifica. Nesse sentido, se buscarmos pensar a animação sociocultural no âmbito do lazer em suas várias dimensões e possibilidades de práticas diferenciadas, claramente, pensamos um animador que assume como a melhor perspectiva para esta prática a do mediador, do negociador hábil que consiga trabalhar as diferenças interpessoais e culturais.

Ainda foi possível observar a articulação das atividades com a ação política, no sentido de se problematizar nesses espaços a visibilidade do público LGBT, dialogando com garantia de direitos, conquistas, obstáculos, e com a atitude política do fazer cotidiano. Dentro dessa perspectiva, entendemos a animação sociocultural como um esforço de construção de uma democracia cultural. Democracia essa que, remetendo às palavras da professora Heloísa Buarque de Hollanda busque dar um passo à frente lembrando o conceito seminal de Ernesto Laclau: a construção de uma democracia radical ou seja aquela que trabalho não pelo consenso (ou seja, a vitória da maioria) mas pelo dissenso (a coexistência de vozes e demandas múltiplas e diferenciadas) (HOLLANDA, 2004).

Alguns Apontamentos

O campo do lazer é um objeto de conhecimento novo que hoje se oferece sinalizando toda sua complexidade enquanto expressão das tensões, diálogos e encontros culturais que ocorrem na cidade pós-moderna em processo de culturalização. O lazer hoje é, do ponto de vista político, um direito do cidadão que, cada vez mais, reivindica seu direito à cidade e ao lazer qualificado (HOLLANDA, 2004). Nesse sentido, ressaltamos que a relação da animação sociocultural no âmbito do lazer nestas instituições se apresenta enquanto uma proposta pedagógica pautada na ideia de mediação, com o intuito de provocar questionamentos acerca da ordem social estabelecida e contribuir para a superação do *status quo*.

Logo, a animação sociocultural é fundamentalmente um processo de intervenção que se constitui “a favor”, não necessariamente “contra” algo. É pensar uma iniciativa de “alfabetização” cultural em várias vias. Não é só para a escrita que somos educados cotidianamente, como também para os sons, olhares, paladares, sensações em geral. Potencializar e ampliar tais importantes dimensões humanas para ser um apontamento necessário, não se trata de substituir uma coisa por outra, mas pensar que tudo pode ser acessado desde que os indivíduos sejam educados para exercer conscientemente seu direito de escolha (MELO, 2004).

Diante disso, percebemos a importância de estudos que envolvam a relação da animação sociocultural e homossexualidade, no intuito de compreender quais significados estão sendo negociados, quais práticas e perspectivas estão sendo estabelecidas, na tentativa

de pensar o que essas práticas e produções têm representado para os homossexuais, e conseqüentemente, o que as mesmas representam e podem vir representar no âmbito da e para a animação sociocultural.

Referências

ALEM. <http://www.alem.org.br>.

CASTELLS, Manuel: 1999. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra.

CELLOS. cellos-mg.blogspot.com.

FACCHINI, Regina: 2009. “Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro”. Bagoas. n. 04. p. 131-158.

FACCHINI, Regina: 2005. Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos 1990. Rio de Janeiro: Garamond.

FERNANDES, Rubem César: 1985. “Sem fins lucrativos”. Comunicações do Iser. Rio de Janeiro: ano 4, n. 15, p. 13-31.

FRY, Peter; MACAE, Edward: 1983. O que é homossexualidade? São Paulo: Brasiliense.

GOHN, Maria da Glória: 2010. Movimentos sociais e de redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. Petrópolis, RJ: Vozes.

GOHN, Maria da Glória (org.): 2007. Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de: 2004. “A contribuição dos Estudos Culturais para pensar a Animação Cultural”. Licere: Belo Horizonte, v.7, n.1, p.101-112.

MELO, Victor Andrade: 2004. "A animação cultural, os estudos do lazer e os estudos culturais: diálogos". *Licere: Belo Horizonte*, v. 7, n. 2, p. 86-103.

MOTA, Murilo Peixoto da: 2008. "As diferenças e os "diferentes" na construção da cidadania gay: dilemas para o debate sobre os novos sujeitos de direito". *Bagoas*. n. 02. 2008. p. 191-210.

RAMOS; Silvia; CARRARA, Sérgio: 2006. "A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas". *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. v. 16, n. 2. Rio de Janeiro: UERJ/IMS.